

**EDITAL**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2024 PARA A SELEÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA SOCIAL DE ACESSO A ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO (CISTERNAS DE PLACAS DE 16.000 LITROS).**

O ESTADO DA PARAÍBA, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, doravante denominada SEDH, tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº SDH-PRC-2023/07144 e no Convênio nº 852.350/2017, torna público o presente EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA para a seleção ***DE CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DE ACESSO À ÁGUA CISTERNAS DE PLACAS DE 16 MIL LITROS***, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.873/2013, da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018, da Portaria MC nº 22, de 6 de abril de 2022, ou normativo que venha a substituí-lo, e da Instrução Normativa SESAN/MDS nº 9, de 3 de março de 2023, e em consonância com as diretrizes e critérios abaixo descritos.

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui-se objeto do presente edital a seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para a prestação de serviços à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) relativo à implementação de tecnologia de acesso à água para o consumo humano, dentre aqueles modelos adequados a tal fim e previstos na Portaria nº 2.462, de 6 de setembro de 2018.

**2. DA TECNOLOGIA SOCIAL**

2.1. As orientações técnicas para a implementação das tecnologias sociais objeto deste edital estão dispostas nas Instruções Normativas divulgadas pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

**3. DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO**

3.1. Serão beneficiárias do Programa Cisternas as famílias de baixa renda definidas nos termos dos incisos I e II do caput do art. 5º do Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, residentes na zona rural atingidas pela seca ou falta regular de água.

**4. DAS METAS E MUNICÍPIOS A SEREM ATENDIDOS**

4.1. Serão contratadas, por lote, entidades privadas sem fins lucrativos que atuarão em 9 (nove) municípios divididos em 3 (três) lotes, cujas metas previstas estão quantificadas no Quadro 1, conforme abaixo:

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



**QUADRO 1 – MUNICÍPIOS E METAS POR LOTE**

Lote	Município	Tecnologia	Meta	Valor Unitário	Valor Total
1	Assunção	Cisterna de placas de 16 mil litros	36	R\$ 6.108,11	219.891,96
	Damião		55	R\$ 6.108,11	335.946,05
	Logradouro		19	R\$ 6.108,11	116.054,09
	Tenório		51	R\$ 6.108,11	311.513,61
	<b>Total do Lote 1</b>			<b>161</b>	<b>R\$ 6.108,11</b>
2	Bom Jesus	Cisterna de placas de 16 mil litros	99	R\$ 6.108,11	604.702,89
	Bonito de Santa Fé		78	R\$ 6.108,11	476.432,58
	Curral Velho		91	R\$ 6.108,11	555.838,01
	<b>Total do Lote 2</b>			<b>268</b>	<b>R\$ 6.108,11</b>
3	Malta	Cisterna de placas de 16 mil litros	26	R\$ 6.108,11	158.810,86
	Maturéia		87	R\$ 6.108,11	531.405,57
	<b>Total do Lote 3</b>			<b>113</b>	<b>R\$ 6.108,11</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>542</b>	<b>R\$ 6.108,11</b>	<b>3.310.595,62</b>

4.2. As entidades interessadas em participar da seleção deverão indicar o (s) lote (s) no (s) qual (is) pretendem executar os serviços por meio do formulário de informações, constantes no Anexo II deste Edital;

4.2.1. Caso algum dos lotes oferecidos não receba nenhuma proposta, será considerado deserto, e caberá à autoridade máxima do (a) órgão/entidade promotor (a) da seleção pública decidir entre sua destinação para novo edital de chamada pública ou sua divisão nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 9.606/2018;

4.3. Desde que respeitado o objeto contratual, a finalidade das tecnologias sociais de acesso à água contratadas e a composição de municípios por lote, os modelos específicos a serem implantados, dentre aqueles modelos previstos na Portaria nº 2.462, de 6 de setembro de 2018, poderão ser, excepcionalmente, alterados, com vistas a proporcionar a adequação da ação à realidade local e garantir a melhor forma de atendimento ao interesse público;

4.3.1. Para que essas alterações sejam viabilizadas, a entidade contratada deve submeter justificativa técnica à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), que, por sua vez, deve submeter tal pleito ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para análise e decisão.

## 5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. As entidades privadas sem fins lucrativos contratadas por intermédio deste edital terão 12 (doze) meses para execução do objeto contratado, a contar da data da assinatura dos respectivos contratos, em estrita conformidade com suas cláusulas e condições e observadas as disposições deste instrumento;

## 6. DOS SERVIÇOS E PAGAMENTOS

### **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com





## GOVERNO DA PARAÍBA

6.1. As despesas decorrentes do objeto desta seleção ocorrerão em conformidade com os recursos repassados por meio do Convênio nº 852.350/2017, vinculado à seguinte dotação orçamentária:

- a) Unidade Gestora: 27101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
- b) Projeto: 1703 - Implementação de Tecnologias Sociais de Captação e Armazenamento de Água das Chuvas para o Consumo Humano e a Produção de Alimentos
- c) Grupo de Despesa: 33.90.39 / 44.90.39
- d) Fonte de Recurso: 500 / 665

6.2. Os valores estimados por lote, compreendem:

- a) Lote 01 – R\$ 983.405,71 (*Novecentos e Oitenta e Três Mil e Quatrocentos e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos*)
- b) Lote 02 – R\$ 1.636.973,48 (*Um Milhão e Seiscentos e Trinta e Seis Mil e Novecentos e Setenta e Três Reais e Quarenta e Oito Centavos*);
- c) Lote 03 – R\$ 690.216,43 (*Seiscentos e Noventa Mil e Duzentos e Dezesesseis Reais e Quarenta e Três Centavos*).

6.3. O item 6.2 registra os valores globais máximos dos lotes, sujeitos à variação decorrente do modo como se dará, em concreto, a exação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

6.3.1. Anteriormente à celebração dos contratos, a contratante verificará a exação em concreto do ISSQN em cada municipalidade componente do lote em questão, a fim de determinar seu valor final;

6.3.2. Os valores finais por lote e por contrato serão determinados conforme fórmula constante da Cláusula Terceira, parágrafo terceiro, da minuta de contrato, devendo-se considerar a diferença entre a alíquota máxima do ISSQN e a alíquota a que se submete a contratada e as regras relativas à composição da base de cálculo em cada localidade;

6.4. Os serviços serão executados no regime de empreitada por preço global e os pagamentos serão efetuados por produto, mediante a apresentação, pela entidade contratada, da respectiva nota fiscal ou recibo e dos relatórios do SIG Cisternas, conforme especificação do Quadro 2.

### QUADRO 2 – FORMA E CONDICIONANTES DO PAGAMENTO

Parcela	Valor (em % do valor total do contrato)	Valor acumulado (em % do valor total do contrato)	Condições de pagamento (em % de execução física)
1ª parcela	30	30	21
2ª parcela	25	55	38,5
3ª parcela	20	75	52,5
4ª parcela	20	95	66,5
5ª parcela	5	100	100

### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.

Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02

6.5. Para comprovação das condições de pagamento estabelecidas no Quadro 2, o relatório do SIG Cisternas deverá ser submetido à aprovação da contratante e os respectivos pagamentos estarão condicionados ao ateste do setor responsável pelo acompanhamento dos serviços prestados;

6.6. Após o pagamento de cada parcela, as entidades contratadas deverão emitir documento comprobatório do recebimento pelo serviço prestado, sendo esse: um recibo para a 1ª parcela e uma nota fiscal para as demais.

## 7. DOS PRAZOS

ITEM	ETAPAS	DATA
7.1.	Data da publicação da portaria que institui a Comissão de Seleção Pública, versão final.	20/03/2024
7.2.	Publicação da íntegra deste edital de chamada pública nos sítios eletrônicos oficiais da contratante e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e publicação de extrato no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado.	12/04/2024
7.3.	Data limite para impugnação deste edital de chamada pública.	26/04/2024
7.4.	Data limite para a apresentação dos documentos pelas entidades privadas sem fins lucrativos interessadas na contratação	30/04/2024
7.5.	Divulgação do resultado provisório da seleção nos sítios eletrônicos oficiais da contratante e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e no Diário Oficial da União/Diário Oficial do Estado.	10/05/2024
7.6.	Data limite para interposição de recursos quanto ao resultado provisório.	16/05/2024
7.7.	Divulgação do resultado final da seleção nos sítios eletrônicos oficiais da contratante e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e no Diário Oficial da União/Diário Oficial do Estado.	24/05/2024

## 8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

8.1. Poderão participar deste edital as entidades privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, nos termos da Portaria GM/MC nº 22, de 6 de abril de 2020, ou normativo que venha a substituí-lo;

8.2. Que não possua pendência de natureza contratual, seja de execução física ou financeira e que não esteja impedida de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com administração pública estadual, mediante consulta ao Cadastro de Entidades sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) da Controladoria Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e

### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



## GOVERNO DA PARAÍBA

Inelegibilidade (CNCCAIA) do Conselho Nacional de Justiça e à Relação de Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção.

### 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Serão habilitados os proponentes que apresentarem os documentos listados a seguir:

- 9.1.1. Ofício para formalização de interesse conforme modelo do Anexo I deste Edital;
- 9.1.2. Formulário de informações do proponente conforme modelo do Anexo II deste edital, juntamente com a documentação que comprove a experiência relatada no referido formulário; e
- 9.1.3. Declaração de contratante sobre contratos não finalizados conforme modelo do Anexo III deste edital.

#### 9.2. Da Habilitação Jurídica

- 9.2.1. Cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações;
- 9.2.2. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade com Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- 9.2.3. Declaração do dirigente máximo da entidade acerca da inexistência de dívida com o Poder Público e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito; e
- 9.2.4. Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ pelo prazo mínimo de 3 (três) anos.

#### 9.3. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 9.3.1. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei;
- 9.3.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e
- 9.3.4. Caso a entidade seja considerada isenta dos tributos municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal de seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### 9.4. Da Habilitação da Sociedade Cooperativa

- 9.4.1. Relação dos cooperados, com as respectivas atas de inscrição, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato;
- 9.4.2. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



## GOVERNO DA PARAÍBA

- 9.4.3. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.4.4. Registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971; e
- 9.4.5. Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- 9.5. Para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa serão exigidos os seguintes documentos
- 9.5.1. Ata de fundação;
- 9.5.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.5.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que os aprovou;
- 9.5.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.5.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou em reuniões seccionais; e
- 9.5.6. Ata da sessão na qual os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- 9.6. Os documentos de que tratam os itens 9.1 a 9.5.6 e 10.1 deverão ser entregues em envelope lacrado ou outro invólucro no **setor de Protocolo da SEDH, identificado conforme a seguir no endereço abaixo indicado até às 17 horas do dia 05 de abril de 2024, pessoalmente ou por via postal com AR (Aviso de Recebimento).**

### CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024

I – DESTINATÁRIO

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

**A/c Comissão Permanente de Licitação**

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2501, Bairro do Estado, João Pessoa, CEP: 58030-002.

### II – REMEDENTE

Nome da Entidade Sem Fins Lucrativos, **conforme registro no CNPJ/MF e Endereço completo.**

9.7. O Setor de Protocolos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano **não receberá documentos entregues após a data e horário estabelecidos no item 7.4;**

9.8. Previamente à análise da documentação de que tratam os itens 9.1 a 9.5.6, a Comissão Especial de Chamada Pública fará consulta ao Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) Controladoria Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCAIA) do Conselho Nacional de Justiça e à Relação de Inabilitados e Inidôneos (RII) do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção.

## 10. DA CLASSIFICAÇÃO

10.1. Somente os proponentes **habilitados participarão da etapa de análise dos critérios classificatórios, observada a ordem e os pesos definidos a seguir:**

### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070

E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.

Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



## GOVERNO DA PARAÍBA

10.1.1. Número de beneficiários atendidos pela implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional nos municípios agrupados no lote (limitado a 29 pontos ou 29% da pontuação total);

10.1.2. Número de beneficiários atendidos pela implementação de tecnologias sociais de acesso à água nos municípios agrupados no lote (limitado a 24 pontos ou 24% da pontuação total);

10.1.3. Número de beneficiários atendidos pela implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional em território rural que abranja algum dos municípios agrupados no lote (limitado a 19 pontos ou 19% da pontuação total);

10.1.4. Número de beneficiários atendidos pela implementação de tecnologias sociais de acesso à água em território rural que abranja algum dos municípios agrupados no lote (limitado a 14 pontos ou 14% da pontuação total);

10.1.5. Número de beneficiários atendidos pela implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional em municípios diversos daqueles agrupados no lote (limitado a 9 pontos ou 9% da pontuação total); e

10.1.6. Número de beneficiários atendidos pela implementação de tecnologias sociais de acesso à água em municípios diversos daqueles agrupados no lote (limitado a 5 pontos ou 5% da pontuação total).

10.2. A pontuação em cada um dos subitens apresentados acima será calculada da seguinte forma:

- Os números apresentados por cada entidade proponente serão dispostos em ordem decrescente para cada critério;
- Para cada critério, o maior número apresentado será pontuado em 100%, e os números subsequentes serão avaliados em comparação a esse primeiro lugar (com uma casa decimal);
- Os percentuais calculados no passo anterior deverão ser aplicados ao limite de pontos daquela categoria, resultando em pontuação final relativa (com uma casa decimal);
- A pontuação final total, por sua vez, será dada pelo somatório das pontuações finais relativas de cada critério.

10.2.1. O exemplo numérico apresentado a seguir ilustra o disposto no item 10.2 para os subitens 10.1.1 e 10.1.2, e deve ser seguido para todos os critérios.

*Critério 10.1.1 (limitada a 29 pontos ou 29% da pontuação total)*

PROPONENTES	Nº	%	PONTUAÇÃO
-------------	----	---	-----------

### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

	APRESENTADO	RELATIVO	FINAL
Entidade 1	4.000	100,0%	29,0
Entidade 2	850	21,3%	6,2
Entidade 3	412	10,3%	3,0
Entidade 4	120	3,0%	0,9
Entidade 5	0	0,0%	0,0

*Critério 10.1.2 (limitada a 24 pontos ou 24% da pontuação total)*

PROponentes	Nº APRESENTADO	% RELATIVO	PONTUAÇÃO FINAL
Entidade 1	3.500	100,0%	24,0
Entidade 2	1.000	28,6%	6,9
Entidade 3	527	15,1%	3,6
Entidade 4	208	5,9%	1,4
Entidade 5	50	1,4%	0,3

*Pontuação final total para cada entidade proponente*

COLOCAÇÃO	PROponentes	Critério 10.1.1	Critério 10.1.2	PONTUAÇÃO FINAL TOTAL
1ª	Entidade 1	29,0	6,9	35,9
2ª	Entidade 2	3,0	24,0	27,0
3ª	Entidade 3	0,0	3,6	3,6
4ª	Entidade 4	6,2	1,4	7,6
5ª	Entidade 5	0,9	0,3	1,2

10.2.2. Caso duas ou mais entidades atinjam pontuação final idêntica, caracterizando situação de empate, o desempate se dará pela maior pontuação em cada critério, seguindo a ordem definida no item 10.1 e seus subitens;

10.3. A comprovação do atendimento aos critérios dispostos no item 10.1 e seus subitens será realizada mediante a apresentação de instrumentos firmados com órgãos e/ou entidades públicas e/ou privadas, já finalizados, que indiquem objeto, prazo de vigência, metas e recursos envolvidos, e de declaração da contratante de que o respectivo objeto foi devidamente executado;

10.3.1. Nos contratos e congêneres firmados com pessoas de direito privado, além do instrumento de ajuste e da declaração do contratante ou parceiro, deverá ser encaminhada nota fiscal eletrônica e, na ausência dessa nota fiscal, acompanhada de comprovante bancário relativo à contraprestação pecuniária pela execução do serviço ou empreitada;

10.4. Serão consideradas desclassificadas as entidades que não apresentarem os documentos dispostos no item 10.1 e seus subitens e não atenderem às possíveis diligências complementares solicitadas pela Comissão Especial de Chamada Pública;

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



## GOVERNO DA PARAÍBA

10.5. A Comissão Especial de Chamada Pública poderá, a qualquer tempo, efetuar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões, declarações e cópias de trabalhos realizados, bem como solicitar a revalidação dos documentos fornecidos;

10.6. Para assegurar que disponha de um número adequado de entidades contratadas atuando nos lotes de referência indicados no item 4.1 deste Edital, a Comissão Especial de Chamada Pública poderá promover, quando necessário e a qualquer momento, a reabertura de novo procedimento de seleção;

10.7. A Comissão Especial de Chamada Pública poderá, excepcionalmente, verificada a vantajosidade, propor a divisão dos lotes originalmente propostos por este Edital de Chamada Pública, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 9.606/2018.

### 11. DO PROCEDIMENTO, JULGAMENTO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. A contratante deverá instituir Comissão Especial de Chamada Pública, conforme o prazo estabelecido no item 7.2 deste edital, que será responsável pela condução e análise do processo de habilitação e seleção dos proponentes;

11.2. O proponente poderá interpor recurso no prazo de **03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação do ato**, conforme previsto no artigo 165 da Lei Nº 14.133/2021;

11.3. O recurso deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Chamada Pública e encaminhado, através do e-mail [cpl.sedh.gov@gmail.com](mailto:cpl.sedh.gov@gmail.com) ou por via postal com aviso de recebimento, para o endereço indicado no item 9.5.

11.4. A Comissão Especial de Chamada Pública terá o prazo de até 72 (setenta e duas) horas para julgar o recurso e encaminhá-lo à autoridade superior do(a) órgão/entidade promotor(a) desta seleção pública, caso mantenha sua decisão;

11.5. O acolhimento do recurso, parcial ou totalmente, importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

11.6. O resultado final da seleção será apresentado pela Comissão Especial de Chamada Pública na data prevista no item 7.7, facultando-se a presença dos proponentes.

### 12. DAS IMPUGNAÇÕES

12.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital por irregularidades;

12.2. O pedido de impugnação deve ser direcionado à autoridade máxima do (a) órgão/entidade promotor (a) da seleção e deve ser protocolado em até **03 (três) dias úteis** da data estabelecida para recebimento da documentação, conforme prevê o item 7.3 deste edital, conforme previsto no artigo 164 da Lei Nº 14.133/2021;

12.3. A autoridade máxima do (a) órgão/entidade promotor (a) desta seleção pública deve dar ciência do pedido de impugnação ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e julgá-lo em até 48 (quarenta e oito) horas

#### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: [cpl.sedh.gov@gmail.com](mailto:cpl.sedh.gov@gmail.com)



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



## GOVERNO DA PARAÍBA

após o horário de protocolo, sem prejuízo da faculdade de representação ao Tribunal de Contas;

12.4. A impugnação feita tempestivamente pela entidade proponente não a impedirá de participar da seleção pública até que seja proferida decisão final na via administrativa;

12.5. Se reconhecida a procedência das impugnações ao edital, o (a) órgão/entidade promotor (a) desta seleção pública procederá a sua retificação e republicação com a devida devolução dos prazos.

### 13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Por ato da Comissão Especial de Chamada Pública serão publicadas a homologação do resultado final e a convocação das entidades selecionadas, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato de prestação de serviços;

13.2. Se a entidade selecionada para um determinado lote ficar impossibilitada por algum motivo de celebrar o contrato de prestação de serviços, outra será convocada respeitada a ordem de classificação.

### 14. DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

14.1. A contratação das entidades selecionadas neste processo será regida com base neste edital e seus anexos, bem como pela legislação aplicável à espécie, e se dará por meio de dispensa de licitação, de acordo com o art. 75, inciso XVII, Lei nº 14.133, de 2021;

14.2. A (s) entidade (s) selecionada (s) será (ão) convocada (s) a assinar o contrato de prestação de serviços nos moldes da minuta constante do Anexo II da Portaria nº 885/2023, no prazo assinalado no ato de convocação;

14.3. Como condição para celebração do contrato de prestação de serviços, a (s) entidade(s) selecionada (s) deverá (ão) manter todas as condições e requisitos de seleção previstos neste edital, bem como as exigências de credenciamento junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;

14.4. Se a (s) entidade (s) for (em) convocada (s) para assinar o contrato de prestação de serviços e não comparecer (em) no prazo assinalado, decairá o direito à formalização do (s) ajuste (s) e será facultado ao (à) órgão/entidade promotor (a) da seleção pública, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das entidades subsequentes, na ordem de classificação, mantidos os requisitos de seleção previstos neste edital;

14.5. A assinatura do contrato de prestação de serviços deverá ser realizada pelo representante legal da entidade proponente.

### 15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

#### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



## GOVERNO DA PARAÍBA

15.1. A(s) entidade(s) contratada(s) prestará(ão) garantia contratual, após a assinatura do contrato, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, nos termos disciplinados pela Lei nº 14.133, de 2021, a depender da escolha da entidade;

15.2. Caberá à entidade contratada a opção por uma das seguintes modalidades de garantia da execução:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia e;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Esta chamada pública poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

16.2. Esta chamada pública deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza;

16.3. A qualquer tempo, antes de terminado o prazo de inscrições, poderá a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, se necessário, modificar este edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação dos projetos;

16.4. É facultado à Comissão de Seleção Pública ou à autoridade superior da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, em qualquer fase do procedimento de seleção, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

16.5. Caso não haja entidade interessada e/ou selecionada para algum dos lotes, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano poderá convidar entidade proponente de outro lote, desde que não tenha sido selecionada, obedecendo a ordem de classificação do lote;

16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando que esses só se iniciam e vencem em dias úteis;

16.7. Esclarecimentos adicionais acerca deste edital poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico [cpl.sedh.gov@gmail.com](mailto:cpl.sedh.gov@gmail.com) ou dos telefones (83) 3133-4070 (Presidente da Comissão de Licitação), (83) 3133-4077 (Área Técnica da DSAN) e (83) 31323-4075 (área Técnica da Gerência Executiva de Apoio a Programas Governamentais);

#### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: [cpl.sedh.gov@gmail.com](mailto:cpl.sedh.gov@gmail.com)



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.

Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



## GOVERNO DA PARAÍBA

16.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Chamada Pública e comunicados ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

### 17. DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Ofício de formalização de interesse;
- b) Formulário de Informações de Interesse;
- c) Minuta do contrato;
- d) Modelo de tecnologia social, conforme disposto na Instrução Normativa SEAS/MDS N° 09 de 03/03/2023 e seus anexos.

João Pessoa, 11 de abril de 2024.

**YASNAIA POLLYANA WERTON DUTRA**  
**Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano**

#### **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02

**ANEXO I – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024**  
**OFÍCIO DE FORMALIZAÇÃO DE INTERESSE**

À Sua Excelência o (a) Senhor (a)

NOME  
CARGO  
ÓRGÃO  
ENDEREÇO

Assunto: Encaminhamento de proposta para o Edital de Chamada Pública nº XX/XXXX  
– Programa Cisternas.

Senhor(a) (cargo da autoridade máxima do(a) órgão/entidade promotor(a) da seleção pública), encaminho para apreciação de Vossa Excelência documentação e formulário de informações da (nome da entidade), formalizando, assim, manifestação de interesse no Edital de Chamada Pública nº 03/2023 para a execução do Programa Cisternas, com recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, nos termos das normas definidas e divulgadas por esse ..... (órgão/entidade promotor(a) da seleção pública).

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Nome do (a) responsável legal da entidade proponente  
Assinatura

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



**ANEXO II – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024  
FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DO PROPONENTE**

<b>CNPJ:</b>					
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>					
<b>ENDEREÇO:</b>					
<b>BAIRRO:</b>			<b>MUNICÍPIO/UF:</b>		
<b>TELEFONE (S):</b>					
<b>E-MAIL:</b>					
<b>I – LOTES DE INTERESSE E ORDEM DE PREFERÊNCIA</b>					
<b>LOTE</b>	<b>INTERESSE</b>		<b>ORDEM DE PREFERÊNCIA</b>		
LOTE 01	( )				
LOTE 02	( )				
LOTE 03	( )				
LOTE 04	( )				
LOTE (...)	( )				
<b>II – EXPERIÊNCIAS DA ENTIDADE</b>					
a. Relacionar os projetos <b>já executados</b> pela entidade tendo como objeto a implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional.					
<b>Programa/projeto</b>	<b>Descrição das ações</b>	<b>Valor</b>	<b>Vigência</b>	<b>Municípios</b>	<b>Beneficiários atendidos</b>
<b>Projeto A</b>	<b>Descrição Y</b>			Município 1	
				Município 2	
				Município 3	
				Município 4	

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02



b. Relacionar os projetos <b>já executados</b> pela entidade tendo como objeto a implementação de tecnologias sociais de acesso à água.					
Programa/projeto	Descrição das ações	Valor	Vigência	Municípios	Beneficiários atendidos
<b>Projeto B</b>	<b>Descrição Z</b>			Município 1	
				Município 2	
				Município 3	
				Município 4	
c. Relacionar os projetos <b>em execução</b> pela entidade tendo como objeto a implementação de tecnologias sociais de acesso à água.					
Programa/projeto	Descrição das ações	Valor	Vigência	Municípios	Beneficiários atendidos
<b>Projeto A</b>	<b>Descrição Y</b>			Município 1	
				Município 2	
				Município 3	
				Município 4	

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002 - João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4070  
E-mail: cpl.sedh.gov@gmail.com



Assinado com senha por [SDH74933] [SENHA] YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA em 11/04/2024 - 15:39hs.  
Documento Nº: 3832573.37329300-5351 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.37329300-5351>



SDHPRC202307144V02

#### MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO – SEDH E A ENTIDADE ..... PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DE ACESSO À ÁGUA.

O **Governo do Estado da Paraíba**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**, com sede na Avenida Epitácio Pessoa, 2501, Bairro dos Estados, na cidade de João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.276/0001-07, neste ato representada pela Sra. **YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA**, brasileira, inscrita no CPF nº 027.944.304-83, nomeada pelo Ato Governamental nº 238 de 01 de fevereiro de 2023, publicado no DOE de 02 de fevereiro de 2023, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ...../UF, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) .....(cargo e nome), inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela(o) ....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 71000.062715/2017-51 (MDS) e no Convênio SICONV nº 852.350/201, bem como no Processo nº 27.000.007144.2023 (Dispensa de Licitação nº 074/2023), e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, da Lei Federal nº 12.873/2013, do Decreto nº 9.606/2018, da Portaria MC nº 22, de 6 de abril de 2022, ou normativo que venha a substituí-lo, e da Instrução Normativa SESAN/MDS nº 9, de 3 de março de 2023, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços decorrente do Edital de Chamamento Público nº 001/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços para a implementação de tecnologia social de acesso a água para consumo humano, dentre aqueles modelos adequados a tal fim e previstos na Portaria nº 2.462, de 6 de setembro de 2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este termo de contrato vincula-se ao Edital de Chamamento Público nº 001/2024, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O(s) modelo(s) específico(s) de tecnologia social de acesso à água a ser(em) implantado(s), sujeitos à alteração, com vistas a proporcionar a adequação da ação à realidade local e garantir a melhor forma de atendimento ao interesse público é(são) o(s) previsto(s) na Instrução Normativa SESAN/MDS nº 9, de 3 de março de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quantificação da contratação, sujeita à alteração, com vistas a proporcionar a adequação da ação à realidade local e garantir a melhor forma de atendimento ao interesse público:

#### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002  
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069  
E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.  
Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



Lote	Município	Tecnologia	Quantidade	Alíquota e base de cálculo do ISSQN	Valor unitário final	Valor total
		Total				

PARÁGRAFO QUARTO – Para que alterações no quantitativo e espécie de tecnologia sejam autorizadas, a CONTRATADA deve submeter justificativa técnica à CONTRATANTE que, por sua vez, deve submeter tal pleito ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para análise e decisão.

PARÁGRAFO QUINTO – A alteração de modelos de tecnologias sociais de acesso à água ensejará a celebração de termo aditivo a este contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste termo de contrato é aquele mencionado no item 5.1 do Edital de Chamada Pública nº 001/2024, com início a partir de sua assinatura e encerramento em 31 de dezembro de 2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prorrogação de contrato dependerá da celebração de termo aditivo e somente ocorrerá em situações devidamente justificadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor unitário final por tecnologia social e por município é o valor de referência disposto na Instrução Operacional pertinente considerando-se a diferença entre a alíquota máxima do ISSQN e a alíquota a que se submete a contratada e as regras relativas à composição da base de cálculo em cada localidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Anteriormente à celebração deste contrato, a CONTRATANTE verificará a exação em concreto do ISSQN em cada municipalidade componente do(s) lote(s) em questão, a fim de determinar seu(s) valor(es) final(is).

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor unitário final por tecnologia social e por município, mencionado no PARÁGRAFO PRIMEIRO, deverá ser calculado conforme a fórmula apresentada a seguir.

$$VUF = \{(VUR - DM) \times [100\% - (5\% - AL)]\}$$

Onde:

VUF = valor unitário final;

#### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.

Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



VUR = valor unitário de referência (constante da instrução operacional pertinente e vigente no momento da assinatura deste contrato);

DM = valor da dedução de materiais decorrente do modo como o fisco municipal classifica as tecnologias sociais na lista anexa da Lei Complementar nº 116/2003;

AL = alíquota praticada no caso concreto decorrente da legislação municipal ou de imunidade tributária.

PARÁGRAFO QUARTO – No valor unitário de referência estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto de contratação, inclusive pessoal, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes, despesas administrativas, despesas com logística, alimentação, deslocamento, despesas relacionadas ao processo construtivo, as capacitações de beneficiários e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sempre em conformidade com a uniformização dos modelos de tecnologias sociais estabelecidos pelas instruções operacionais.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, vinculada ao exercício de 2024, repassada por meio do Convênio nº 852.350/2017, conforme classificação apresentada abaixo.

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nota de Empenho:

#### CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O pagamento pela CONTRATANTE dos serviços relativos à implementação das tecnologias sociais e executados pela CONTRATADA será efetuado em pelo menos 4 (quatro) parcelas, sendo a primeira imediatamente após a celebração do contrato na forma de adiantamento e as seguintes mediante apresentação da nota fiscal ou recibo conforme as condições abaixo estabelecidas.

Parcela	Valor (em % do valor total do contrato)	Valor acumulado (em % do valor total do contrato)	Condições de pagamento (em % de execução física)
1ª parcela	30	30	21

#### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002  
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069  
E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.  
Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



SDHPRC202307144V02

2ª parcela	25	55	38,5
3ª parcela	20	75	52,5
4ª parcela	20	95	66,5
5ª parcela	5	100	100

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para comprovação das condições de pagamento estabelecidas no quadro acima, o relatório do Sistema de Gerenciamento do Programa Cisternas (SIG Cisternas) deverá ser submetido à aprovação pela CONTRATANTE e os respectivos pagamentos estarão condicionados ao ateste do setor responsável pelo acompanhamento dos serviços prestados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Após o pagamento de cada parcela, as entidades contratadas deverão emitir documento comprobatório do recebimento pelo serviço prestado, sendo esse um recibo para a 1ª parcela e uma nota fiscal para as demais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A nota fiscal e o recibo deverão conter o número do convênio/termo de parceria/termo de colaboração, o número do contrato, o objeto contratual, a descrição das atividades realizadas e a agência e número da conta bancária da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATANTE exigirá, quando do pagamento, a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive decorrentes de 13º salários, auxílio alimentação e auxílio transporte, acidentes de trabalho, indenizações, multas e outras obrigações atinentes ao presente contrato, reservando-se o direito de reter o valor correspondente aos pagamentos devidos até a efetiva regularização das obrigações pendentes.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATANTE exigirá a comprovação do recolhimento do ISSQN.

#### CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

O valor unitário de referência estabelecido na instrução normativa pertinente e vigente no momento da assinatura deste contrato é fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ XXXX (.....), na modalidade ....., conforme item 15.3 do edital de Chamada Pública, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do presente contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor destinado a título de garantia deve ser depositado em conta específica, aberta exclusivamente para essa finalidade pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

#### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002  
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069  
E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.  
Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



SDHPRC202307144V02



PARÁGRAFO TERCEIRO – O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção de pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados em instituição financeira oficial, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO – A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I – Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II – Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

III – Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de alteração do valor total do contrato decorrente do disposto no artigo 124, I, b, da Lei nº 14.133, de 2021, ou na ocorrência de prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Caso fortuito ou força maior;

II – Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

III – Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE; e

IV – Atos ilícitos dolosos praticados por funcionários da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO – Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Será considerada extinta a garantia:

I – Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.  
Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



SDHPRC202307144V02



II – No prazo de 90 (noventa) após o término de sua vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

#### **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão executados no regime de empreitada por preço global e os pagamentos serão efetuados por produto, após ateste da CONTRATANTE, mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da respectiva nota fiscal ou recibo e dos relatórios do SIG Cisternas, conforme definido no item 6 do Edital de Chamamento Público nº 001/2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do objeto contratado deverá obedecer ao cronograma pactuado entre as partes, constante do Anexo I deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As metas de execução física constantes do referido cronograma deverão ser estabelecidas com periodicidade mensal, enquanto seu controle para fins de verificação de cumprimento das obrigações contratuais e possível aplicação de sanções deverá ser realizado em intervalos quadrimestrais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Eventuais revisões das metas quadrimestrais do cronograma constante do Anexo I deste contrato deverão ser comunicadas ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e ensino assinatura de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

I – São obrigações da CONTRATANTE:

1. Designar equipe técnica institucional para o acompanhamento dos serviços contratados;
2. Supervisionar, acompanhar e avaliar as atividades de execução dos serviços contratados;
3. Realizar o monitoramento, avaliação e fiscalização da execução do contrato a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de relatórios extraídos do SIG Cisternas, e também a partir de visitas in loco nas localidades beneficiadas;
4. Analisar e indicar aprovação ou reprovação dos termos de recebimento inseridos no SIG Cisternas, pela CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias corridos após a referida inserção;
5. Pagar o preço total devido à CONTRATADA, em conformidade com a CLÁUSULA QUINTA, em até 30 (trinta) dias após a aprovação dos termos de recebimento inseridos no SIG Cisternas;
6. Verificar o Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim) da Controladoria Geral da União, o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCAIA) do Conselho Nacional de Justiça, a Relação de Inabilitados e Inidôneos (Rii) do Tribunal de Contas da União e a regularidade fiscal e trabalhista, no caso de contratos com entidades públicas, sempre que este contrato for aditivado com o fim de prorrogar sua vigência.

II – São obrigações da CONTRATADA:

#### **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002  
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069  
E-mail: atncisedh4@gmail.com





Além das responsabilidades resultantes deste instrumento, das demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem executados e das obrigações constantes do edital de chamada pública vinculado a este contrato, a CONTRATADA obriga-se a:

1. Prever e disponibilizar os recursos físicos, humanos e materiais necessários para garantir a perfeita execução dos serviços;
2. Dispor de frota de veículos automotores apropriados para a área rural para atender à demanda dos trabalhos;
3. Dispor de uma equipe técnica de profissionais para acompanhamento e apoio operacional, cujos perfis atendam aos requisitos técnicos pertinentes às metas pactuadas, ficando ao seu encargo o planejamento estratégico, a mobilização dos beneficiários, a realização das capacitações e o acompanhamento da implementação das tecnologias sociais até a finalização de todo processo;
4. Articular, mobilizar e sensibilizar o público beneficiário, objetivando suas participações nas ações específicas da execução do presente contrato;
5. Apresentar à CONTRATANTE as peças de comunicação produzidas para possíveis ajustes e aprovação final;
6. Seguir rigorosamente a metodologia de implementação da(s) tecnologia(s) contida(s) na(s) instrução(ões) operacional(is) pertinente(s), desde a mobilização, seleção e cadastramento dos beneficiários até a construção dos componentes físicos a ela(s) associado(s), contemplando também os processos de implementação do caráter produtivo e do serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva, quando for esse o caso;
7. Consultar a CONTRATANTE antes de promover quaisquer alterações na metodologia de implementação da(s) tecnologia(s) contida(s) na(s) instrução(ões) operacional(is) pertinente(s);
8. Responder pela qualidade técnica das tecnologias sociais implementadas, de acordo com as orientações técnicas contidas na(s) instrução(ões) operacional(is) pertinente(s), devendo realizar manutenções e substituição de acessórios pelo prazo de 2 (dois) anos após a aprovação do termo de recebimento da tecnologia social, pela CONTRATANTE, no SIG Cisternas;
9. Cadastrar, no SIG Cisternas, as informações relacionadas a todas as etapas de execução previstas na(s) instrução(ões) operacional(is), em consonância com o estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste contrato e com orientações específicas fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
10. Inserir, no SIG Cisternas, os termos de recebimento das tecnologias sociais em até 30 (trinta) dias corridos após sua assinatura pelo beneficiário;
11. Cumprir as metas quadrimestrais estabelecidas no cronograma constante do Anexo I deste contrato;
12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE relativamente à execução do contrato;

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002  
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069  
E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.  
Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



13. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste contrato, para fins de monitoramento, fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

14. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, inclusive os decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste contrato, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento; e

15. Permitir à CONTRATANTE livre acesso a todas as etapas do processo de implementação das tecnologias sociais quando essa realizar diligências e fiscalizações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que, em especial:

1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência desta contratação;
2. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
3. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações discriminadas nesta CLÁUSULA DÉCIMA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. Advertência;
2. Multa, após 2 (duas) advertências, a critério da CONTRATANTE, devidamente fundamentada e levando-se em conta o prejuízo causado, a qual será descontada por ocasião do pagamento ou deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, nos seguintes valores:
  - i. moratória de até 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

#### **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002  
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069  
E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.  
Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



SDHPRC202307144V02



ii. moratória de 0,05% (cinco centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto, inclusive nos casos de extinção por culpa da contratada.

3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

4. Emissão de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

5. Inserção no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim);

6. Suspensão do credenciamento junto ao Programa Cisternas, nos termos da Portaria GM/MC nº 22, de 6 de abril de 2020, ou normativo que venha a substituí-lo; e

7. Descredenciamento junto ao Programa Cisternas, nos termos da Portaria GM/MC nº 22, de 6 de abril de 2020, ou normativo que venha a substituí-lo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As multas acima previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, podendo ser descontadas dos créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O valor pago pela CONTRATADA à CONTRATANTE a título de multa deve ser depositado na conta bancária do instrumento firmado com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa da Contratada, observando-se o procedimento e prazos definidos em lei.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A suspensão do credenciamento junto ao Programa Cisternas, sanção a ser aplicada nos termos da Portaria GM/MC nº 22, de 6 de abril de 2020 e constante do PARÁGRAFO PRIMEIRO desta CLÁUSULA DÉCIMA, não suspende os efeitos jurídicos deste contrato, cujas obrigações de parte a parte se manterão válidas até sua vigência final.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.

Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>





PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

1. Descrédenciamento da CONTRATADA junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
2. Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
3. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
4. Lentidão no cumprimento do cronograma pactuado no Anexo I, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço de implementação das tecnologias nos prazos estipulados;
5. Atraso injustificado no início da implementação das tecnologias;
6. Paralisação do serviço de implementação das tecnologias sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
7. Subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital e no contrato;
8. Desatendimento das determinações regulares do funcionário designado para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
9. Cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato e informadas por escrito à CONTRATADA;
10. Instauração de insolvência civil;
11. Dissolução da sociedade;
12. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da entidade que prejudique a execução do contrato;
13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
14. Supressão, por parte da CONTRATANTE, de meta de tecnologias, acarretando modificação de seu valor inicial para além do limite permitido na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA;

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados  
CEP: 58030-002  
João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069  
E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.  
Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



SDHPRC202307144V02

15. Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

16. Atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de tecnologias, ou parcelas destas, já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

17. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato; e

18. Situações previstas no artigo 137 e 139, da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na CLÁUSULA DÉCIMA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Balanço dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
3. Quitação de indenizações e multas devidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

É vedado à CONTRATADA:

1. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais deverão ser solicitadas, com a devida justificativa, à CONTRATANTE, que as submeterá ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para aprovação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Todas as alterações propostas durante a execução do contrato demandam a concordância do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

#### **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.

Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



SDHPRC202307144V02



## GOVERNO DA PARAÍBA

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste contrato será o da Comarca de João Pessoa-PB.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lidas e achadas em ordem, vão assinadas pelos contraentes.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
YASNAIA POLLYANNA WERTON DUTRA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

CPF:

2. \_\_\_\_\_

CPF:

### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados

CEP: 58030-002

João Pessoa/PB – Fone: (83) 3133-4069

E-mail: atncisedh4@gmail.com



Assinado com senha por [SDH42790] [SENHA] TATYANE RAMALHO INTERAMINENSE DE SANTANA em 20/03/2024 - 14:05hs.  
Documento Nº: 3832573.36087525-4344 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3832573.36087525-4344>



SDHPRC202307144V02